



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Bacharelado em Letras – Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas

**ABORDAGEM DA DISTINÇÃO FLEXÃO E DERIVAÇÃO: UMA ANÁLISE EM
LIVROS DIDÁTICOS E GRAMÁTICAS ESCOLARES**

ANA CLARA CARMONA BERNARDO

BRASÍLIA

2013

ANA CLARA CARMONA BERNARDO

**ABORDAGEM DA DISTINÇÃO FLEXÃO E DERIVAÇÃO: UMA ANÁLISE EM
LIVROS DIDÁTICOS E GRAMÁTICAS ESCOLARES**

Artigo apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharelado em Letras – Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas.

Orientadora: Profa. Dra. Helena da Silva Guerra
Vicente

BRASÍLIA

2013

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apontar alguns critérios que podem ser utilizados para distinguir a flexão da derivação, através da análise das variações dos nomes em gênero, número e grau. Além disso, será investigado de que forma as gramáticas tradicionais, os livros didáticos e as gramáticas escolares abordam o tema, a fim de contrapor tais abordagens e analisá-las a partir dos pressupostos gerativistas. Outro objetivo deste estudo é perceber se as atividades propostas pelos livros e gramáticas estimulam o resgate do conhecimento prévio do aluno, isto é, se trazem à consciência dele a informação que este já detém sobre a sua língua, para, em seguida, apresentar-lhe um conteúdo novo.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, é feito um breve levantamento da problemática envolvendo a distinção flexão e derivação, passando tanto pelo tratamento dado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) quanto pelos critérios de Mattoso Camara Jr.; na seção seguinte, são apontados os pressupostos teóricos que baseiam o presente estudo; na terceira seção, é apresentado o estudo de Gonçalves (2011) sobre o tema, bem como, alguns dos critérios eleitos pelo autor para a distinção entre *flexão* e *derivação*; a seguir, descreve-se a abordagem da temática nas gramáticas tradicionais; na quinta seção, o tratamento da questão nos livros didáticos; e, por fim, a análise de gramáticas escolares de uso frequente no ensino fundamental.

1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O limite entre os processos de derivação e flexão não é algo fácil de demarcar, pois trata-se de uma questão que envolve vários aspectos. Estudos recentes, Rocha, 1998, Rosa, 2006, Gonçalves, 2008, 2011, por exemplo, têm apontado mais de quinze parâmetros para separar os morfemas flexionais dos morfemas derivacionais. Trata-se de critérios que têm origem tanto na morfologia quanto na sintaxe, uma vez que ambas estão interligadas. Dessa forma, o presente trabalho procura mostrar que as categorias gênero, número e grau não se enquadram em parâmetros rígidos de categorização, como estipula a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

Sendo assim, determinar que gênero, número e grau são processos flexionais, simplesmente, sem levar em conta outros aspectos que envolvem essa classificação pode não

ser a melhor saída, já que se corre o risco de adotar critérios que nem sempre se aplicam a todos os casos. Como exemplo, pode-se observar que o grau, apesar de ser historicamente enquadrado como flexão, não poderia receber tal classificação segundo os critérios da regularidade, obrigatoriedade e da concordância, de Mattoso Camara Jr. (1970). Além disso, Gonçalves (2008, 2011) aponta que tanto gênero quanto número e grau, não se enquadram em critérios rígidos de distinção, mas que formam um *continuum*, segundo o qual há dois polos – o da flexão e o da derivação – e tais processos estariam distribuídos ao longo dessa linha, uns mais próximos do polo da flexão e outros do polo da derivação.

A partir da problemática apresentada acima, pretende-se observar ainda de que forma os livros e gramáticas escolares trabalham essa distinção, e se os questionamentos aqui apontados são mencionados, de alguma forma. Além disso, procura-se perceber se o pressuposto da teoria gerativa que leva em consideração o conhecimento prévio dos alunos, a gramática internalizada, é utilizado, seja por meio de exercícios que estimulem o resgate desse conhecimento que o aluno traz consigo, seja pelo estímulo à produção de textos e debates que promovam a efervescência dessas ideias.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Os pressupostos teóricos da Teoria Gerativa (CHOMSKY, 1957 e trabalhos subsequentes) trazem reflexões inovadoras a respeito do ensino de Língua Portuguesa. Um dos temas de grande relevância é a valorização do conhecimento prévio, pois é sabido que antes mesmo de frequentar a escola as crianças já dominam a gramática de suas línguas, bem como detêm conhecimentos linguísticos e extralinguísticos. De acordo com esse princípio, cabe ao professor resgatar o que o aluno já conhece sobre a língua e a partir disso introduzir novas informações a fim de agregar outros conhecimentos e modalidades de língua.

Esse conhecimento inerente, anterior ao contato com os estudos formais e explícitos da língua é denominado na Teoria Gerativa de competência, sendo ela a responsável pela capacidade de um falante distinguir se uma frase pertence ou não a sua língua. Sendo assim, independentemente de ser escolarizado ou não, de seguir a variedade padrão ou não, um falante de língua portuguesa sabe como diferenciar uma frase no singular de uma frase no plural, sabe utilizar a desinência indicativa de gênero para se referir ao referencial masculino ou feminino, o aluno tem esse conhecimento prévio que deve ser trabalhado e ampliado

quando chega à escola. Nesse sentido, a distinção entre flexão e derivação é um ponto da gramática que o aluno irá se deparar ao longo de sua vida escolar.

A respeito dessa questão, o gramático latino Varrão (116 a.C. – 26 a.C.) iniciou uma reflexão sobre o tema, segundo o qual há duas modalidades possíveis para distinguir os sufixos flexionais, ou desinências, dos sufixos derivacionais, são eles: *derivatio voluntaria* e *derivatio naturalis*. A primeira diz respeito aos casos em que novas palavras são criadas, isto é, a derivação, enquanto a segunda está relacionada ao uso específico de uma palavra através do acréscimo de uma desinência, ou seja, a flexão.

Entre os brasileiros, Joaquim Mattoso Camara Jr. foi o pioneiro a tratar da questão, no capítulo décimo de seu livro *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970). O autor observa que as palavras derivadas não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória, como ocorre com a flexão. Em outras palavras, Camara percebeu que uma derivação pode aparecer a um determinado vocábulo e não existir para outro, como é o caso do exemplo apresentado pelo autor: do verbo cantar deriva-se *cantarolar*, contudo, não há uma derivação correspondente para os verbos falar e gritar, por exemplo, que também expressam atividade da voz humana. Isto quer dizer que caso a derivação seguisse uma regularidade, as formas *falarolar e *gritarolar seriam plenamente aceitáveis na língua portuguesa.

Sendo assim, nas palavras de Camara, “Os morfemas gramaticais de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso” (CAMARA JR., 1970, p. 81). O autor acrescenta ainda que em relação aos morfemas derivacionais há a possibilidade de opção acerca do uso ou não de um vocábulo derivado, o que não acontece com a flexão que é uma *exigência sintática*. Dessa forma, Camara Jr. apresenta três critérios para distinguir o par *flexão x derivação*, a saber: a regularidade, a concordância e a opcionalidade. O quadro a seguir ilustra bem essa distinção a qual recebeu críticas de Rocha (1998), em seu capítulo intitulado “Flexão e derivação em português”.

FLEXÃO	DERIVAÇÃO
<i>Regularidade:</i> Os morfemas flexionais apresentam-se de maneira regular e sistemática	<i>Irregularidade:</i> Os morfemas derivacionais apresentam-se de maneira irregular e assistemática
<i>Concordância:</i> Os morfemas flexionais são exigidos pela natureza da frase	<i>Não-concordância:</i> Os morfemas derivacionais não são exigidos pela natureza da frase
<i>Não-opcionalidade:</i> Os morfemas flexionais não dependem da vontade do falante para serem usados	<i>Opcionalidade:</i> Os morfemas derivacionais podem ser usados ou não, de acordo com a vontade do falante.

(Quadro 1: Critérios distintivos de Mattoso Camara Jr. (*apud* Rocha, 1998, p.194)

Rocha analisa cada critério apresentado a começar pela regularidade. Sendo assim, em relação ao número dos nomes, o autor afirma que deve ser considerado, de fato, como flexão já que há uma regularidade bastante eficaz nesse critério, uma vez que, substantivos invariáveis (“ônibus”, “atlas”, por exemplo) são em número relativamente pequeno na língua. Por esse critério, comprova-se, então, a regularidade e classifica-se o número como flexão.

Em relação ao gênero, Rocha afirma que é determinado por um expediente sintático, contudo, há alguns substantivos que também podem ser assinalados por um determinante, isto é, uma marca distintiva morfológica (este menino/esta menina). Além disso, segundo pesquisa realizada anteriormente pelo mesmo autor (Rocha, 1981), apenas 4,5% dos substantivos em português se referem a seres sexados, e, desses, nem todos recebem uma marca morfológica de gênero, a saber: cônjuge, criança etc. Por se tratar de uma porção ínfima em relação ao todo não se pode generalizar e afirmar que o substantivo se caracteriza como receptor de flexão de gênero, segundo o critério da regularidade.

Por último, o grau é classificado por Rocha como um mecanismo híbrido (1998, p. 198), de acordo com o critério da regularidade, pois apresenta tanto características da derivação quanto da flexão. Para tanto, o autor argumenta que a universalidade do emprego do morfema de grau diminutivo do substantivo se deve ao fato de que ele é empregado na língua não só para indicar diminuição de tamanho, como também para expressar a emoção ou afetividade que o falante coloca em seu discurso. Segundo essa afirmação, a noção de dimensão pode estar presente ou não, ao passo que a afetividade estará sempre presente na sufixação gradual.

No critério envolvendo a concordância, Rocha opta por utilizar um conceito de concordância em um sentido mais amplo, dessa forma, o autor afirma que não é a natureza da frase que determina o emprego da forma singular ou plural do substantivo, e sim a situação, o dado extralinguístico. Trata-se, então, para esse autor, de uma concordância ideológica, posição contrária à de Camara Jr. Rocha ilustra sua posição com as frases “eu tenho amigos” e “eu tenho um amigo” (1998, p. 199), segundo o qual o que determina o uso de uma ao invés da outra é a situação, e depende do que o falante quer expressar. Sendo assim, para Rocha, a *concordância ideológica* pode caracterizar o número do substantivo como flexão nominal (1998, p. 200).

A respeito do gênero, ocorre processo análogo, não é a natureza da frase que determina o uso do masculino ou do feminino, e sim, novamente, a situação. Na oração “Haverá uma grande inflação no fim do ano”, o fato de o substantivo ‘inflação’ ser feminino

obriga a concordância do artigo seguindo o mesmo padrão, portanto, não foi uma escolha do falante e sim a obediência a um padrão predeterminado. Por outro lado, na frase “As alunas chegaram atrasadas na última aula” foi a situação que exigiu a escolha da forma feminina, para deixar claro que apenas as garotas, e não os garotos, atrasaram-se. A conclusão em relação ao gênero é a de que, em ambos os casos, observa-se o fenômeno da concordância.

As gramáticas tradicionais, seguindo a Nomenclatura gramatical brasileira (NGB), costumam definir o grau como um processo flexional. Porém, Camara Jr. questiona essa definição e afirma que não há, em relação ao grau, uma sistematização coerente para todos os adjetivos, como há para a flexão de número dessa classe, por exemplo. Além disso, o fato de um elemento ser utilizado no diminutivo não obriga os demais constituintes da oração a seguirem essa mesma regra, portanto a concordância não é obrigatória. Por esses e outros motivos, Rocha afirma que sob o ponto de vista da concordância, o grau não pode ser considerado como flexão.

O último critério, opcionalidade, diz respeito ao uso compulsório dos morfemas flexionais ou derivacionais. Sendo assim, por esse critério, a flexão é caracterizada por Camara Jr. pela não-opcionalidade, visto que independe da vontade do falante, uma vez que o uso de desinências indicativas de número e gênero é, muitas vezes, exigido tanto pela natureza da frase (Camara), quanto pela situação linguística (Rocha) em questão, portanto, para esse critério são considerados flexão.

Como dito anteriormente, a maior parte dos substantivos na língua portuguesa detêm um gênero próprio, permanente. Por isso, são exigidos determinantes flexionados para caracterizar o gênero ao qual se referem. Sendo assim, o gênero não está relacionado com a questão da opcionalidade (Rocha, p. 202), pois não é opcional em sua quase totalidade, visto que há uma convenção acerca da marca morfológica de gênero que os substantivos da língua irão receber. Isto é, ‘escola’ será sempre feminino e não há previsão de ocorrer mudança ou possibilidade de escolha por parte dos falantes.

Por fim, o grau novamente dá indícios de que não se enquadra plenamente como uma flexão e em relação a esse critério, caracterizando-se pela opcionalidade, caminho inverso do gênero e do número. Como Camara Jr. já havia salientado, o uso de sufixos gradativos não é uma obrigatoriedade ou nos termos de Rocha, “não tem nada a ver com a natureza da frase” (ROCHA, 1998, p. 20), Trata-se meramente de uma questão de estilo ou de preferência pessoal, já que o falante pode optar por usar ou não as formas graduais. Além disso, não há tanta frequência no uso das formas graduais, sendo seu uso espaçado e esporádico, e podendo ser substituído por outros recursos estilísticos.

3. GONÇALVES (2011): UM ESTUDO RECENTE SOBRE O TEMA

O autor do livro *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português* (2011), Carlos Alexandre Gonçalves, propõe alguns critérios para observar essa distinção. Entre eles, destacam-se: (i) relevância sintática, (ii) meios de materialização, (iii) aplicabilidade, (iv) estabilidade semântica, (v) efeitos expressivos, (vi) lexicalização, (vii) mudança de classe, (viii) posição da cabeça lexical, (ix) ordem, relevância do significado e criação de vocabulário novo, (x) excludência e recursividade, (xi) número de formas e criação de novos afixos, (xii) função indexical, (xiii) cumulação e mudança de acento. Neste trabalho, serão abordados apenas os critérios (i), (ii) e (iii), por se tratar de um estudo conciso, voltado para a análise prática, além da teórica.

O critério (i), relevância sintática, tem origem na afirmação de Anderson (1982, p. 589), de que “categorias flexionais são relevantes sintaticamente”. Dito de outra maneira, o autor afirma que a sintaxe obriga o uso de afixos flexionais, ou seja, a flexão exige escolhas por parte dos falantes e, por isso, tais afixos são obrigatórios. Por outro lado, as unidades de derivação não determinam que os demais elementos do sintagma acompanhem tal variação. Elas podem ser substituídas por outras classes gramaticais ou ainda trocadas por elementos repetidos, como “linda, linda” ao invés de “lindíssima”.

Ainda em relação a esse critério, pode-se chegar à conclusão de que os nomes são vocábulos suscetíveis às flexões de gênero e número, isto é, pelo critério relevância sintática, a informação de número e gênero dos nomes se torna acessível à sintaxe por meio da concordância, conclusão semelhante às de Rocha e Camara Jr. Veja-se o exemplo a seguir, que comprova tal afirmação:

- (01) Alguns professores têm dificuldade de se relacionar de igual para igual com seus alunos.

Nesse exemplo, o núcleo do sintagma nominal ‘professores’ é o responsável por controlar a concordância do trecho apresentado, isto é, a partir das informações fornecidas por esse substantivo são determinados o gênero e o número dos demais elementos do sintagma. Dessa forma, o fato de o núcleo estar na forma plural e, por representar a coletividade, flexionado no gênero masculino, conduz o pronome indefinido a assumir igual flexão. Além

disso, a forma verbal também recebe marca morfológica que indica plural. Assim, podemos interpretar a categoria número/pessoa como flexional, já que ela é relevante sintaticamente.

Entretanto, em relação ao grau deve-se ter certa cautela acerca desse primeiro critério de distinção. Na língua portuguesa, o acréscimo de sufixos como *-ão*, *-ona*, *-inho*, *-inha*, por exemplo, são indicadores do grau nos nomes, contudo, não se pode dizer que o fato de o núcleo do sintagma possuir tais marcas morfológicas obriga a sua utilização nos demais componentes, ou seja, “A terminação dos adjetivos, no entanto, não é determinada pela informação contida na representação morfológica dos núcleos aos quais se subordinam.” (GONÇALVES, 2001, p. 15). O exemplo a seguir ilustra melhor essa questão:

(02) A linda garotinha de saia rodada não sabe ficar longe do espelho.

É possível perceber que, no exemplo (02), o núcleo do sintagma ‘garotinha’, apesar de receber a marca morfológica de grau diminutivo não passa essa informação para os adjuntos adnominais ‘linda’ e ‘de saia rodada’. Com isso, nota-se que o uso do grau nos demais termos do sintagma é de uso opcional, ou seja, não é uma exigência da sintaxe, como ocorre com o número e o gênero. Por esse motivo, pelo critério (i) relevância sintática, o grau deve ser considerado derivacional, pois trata-se de um uso facultativo.

O critério (ii), meios de materialização, justifica uma categoria como flexional caso o significado que veicula manifesta-se apenas morfológicamente, isto é, quando há concorrência de estratégias, o processo deve ser visto como derivacional. Esse critério está fortemente relacionado à noção de obrigatoriedade e, portanto, alude ao critério (i). Dessa forma, segundo Gonçalves, a flexão seria uma espécie de “morfologia aprisionadora” (2001, p. 04), uma vez que é a única forma de exteriorização de determinados conteúdos semânticos. Por outro lado, a derivação, por transmitir um conteúdo que pode ser parafraseado de outra forma, não necessariamente a morfológica, pode ser considerada como “morfologia libertária” (Gonçalves, 2001, p. 04).

Em relação a esse critério, tanto gênero quanto número enquadram-se como flexão, pois a morfologia é a única forma de materialização dessas informações. Entretanto, o grau recebe tratamento diferenciado, já que há outras formas de manifestar as noções de intensidade, dimensão e afetividade, entre elas: uso de prefixos (‘super-linda’), alongamento da sílaba tônica (‘liiiiinda’), escansão de sílabas (‘ma-ra-vi-lho-sa), entre outras. Dessa forma, nota-se que o falante pode valer-se de estratégias fonológicas e sintáticas que concorrem com

as morfológicas para intensificar um adjetivo, por exemplo. Por esse critério, Gonçalves considera o grau como derivação.

Aplicabilidade é outro critério abordado pelo autor para distinguir a flexão da derivação. Segundo ele, a flexão é mais produtiva que a derivação, uma vez que estrutura paradigmas mais regulares e sistemáticos, ou seja, as marcas flexionais são de uso automático e as derivacionais de uso esporádico. Recordando a afirmação de Mattoso Camara Jr. (1970), as palavras derivadas não seguem uma pauta sistemática e obrigatória e, por esse motivo, uma derivação pode aparecer para um determinado vocábulo e não existir para outro (p. 81).

Os afixos flexionais tendem a ser mais padronizados, havendo poucos casos excepcionais ou anômalos, enquanto os afixos derivacionais tendem a apresentar restrições de aplicabilidade. “Uma primeira justificativa para a incompletude da derivação está na especificidade de seus significados: o conteúdo veiculado pelos afixos derivacionais não é geral o suficiente para se aplicar em larga escala” (GONÇALVES, 2011, p. 27). Gonçalves questiona que em relação ao critério da aplicabilidade o número não é tão flexional quanto aparenta, pois apresenta falhas no paradigma: algumas palavras não admitem a oposição singular/plural, como é o caso das palavras “parabéns”, “óculos”, “ônibus”, que não possuem uma forma singular correspondente.

Por outro lado, é interessante perceber que, diante desse critério, o grau assume uma posição flexional, já que a gradação é um processo bastante produtivo em português. O sufixo *-(z)inho*, por exemplo, pode ser adicionado a uma porção de nomes da língua, podendo, inclusive, anexar-se a pronomes, advérbios, numerais e interjeições. (‘euzinha’, ‘pertinho’, ‘unzinho’, ‘tchauzinho’). Dessa forma, o autor afirma que como a produtividade dos afixos de grau é maior até mesmo que a de gênero, o critério (iii) permite afirmar que, segundo esse critério, se aproximam da flexão o que vai de encontro às conclusões dos critérios anteriores e ao trabalho de Mattoso Camara Jr.

Ao final dessa seção foi possível perceber que há vários critérios para distinguir a flexão da derivação, contudo, apesar disso, Gonçalves admite que nem sempre as variações formais dos nomes em gênero, número e grau serão consensuais diante dos critérios apresentados em seu estudo. Dessa forma, o autor afirma que por mais restritivo que seja, nenhum critério objetivo fornece uma divisão categórica entre flexão e derivação. Por isso, considera a existência de um *continuum*, segundo o qual, esses dois processos deixam de ser considerados operações discretas e assumem um processo gradiente, escalar, tais como polos de um *continuum*.

Segundo o autor, os afixos de grau apresentam menor pertencimento à classe da *flexão*, mas, por outro lado, não representam totalmente a categoria *derivação*. Sua localização seria mais próxima da derivação, porém, sem aproximar-se completamente desse polo, já que apresenta também características flexionais. Em posições opostas estariam o gênero e o número, mais próximos à flexão, porém com certa distância do polo, pois também demonstram características derivacionais.

4. ABORDAGEM DOS TEMAS FLEXÃO E DERIVAÇÃO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Nessa seção, será abordado o tratamento recebido pelo par derivação e flexão nas gramáticas tradicionais da Língua Portuguesa, pretende-se com isso investigar de que forma a tradição gramatical se coloca diante da polêmica em questão, sobretudo, pela influência da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), bem como das pesquisas recentes e estudos relacionados ao tema.

4.1. Nova Gramática do português contemporâneo

Na gramática tradicional de Celso Cunha e Lindley Cintra os autores tratam do tema flexão no capítulo dedicado aos substantivos, no qual segue o título “Flexão dos substantivos” seguido da seguinte afirmação “Os substantivos podem variar em número, gênero e grau”. Percebe-se que apesar de não utilizar diretamente o termo *flexionam-se*, os autores demonstram seguir claramente a Nomenclatura gramatical brasileira (NGB). Dessa forma, as questões propostas por outros autores e levantadas ao longo desta pesquisa não são mencionadas.

Entretanto, em relação ao grau nos substantivos, os autores colocam uma observação, segundo a qual a flexão de grau é pertinente ao adjetivo, porém, admitem a existência de três graus para o substantivo: normal, aumentativo e diminutivo, em consonância com a NGB. Além disso, os autores preveem que os termos *aumentativo* e *diminutivo* nem sempre estão relacionados a aumento ou diminuição de tamanho, podendo, no caso dos aumentativos, inclusive, expressar um valor depreciativo ou pejorativo. Os autores citam ainda que o diminutivo é o responsável por colocar a linguagem afetiva em primeiro plano, um meio estilístico de expressar sentimentos e flexibilizar a linguagem.

No capítulo dedicado ao adjetivo, os autores enfatizam a mesma divisão proposta para os substantivos, “Como os substantivos, os adjetivos podem flexionar-se em número, gênero e grau.” (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 264). É interessante constatar que é feita uma observação acerca da opcionalidade, nos termos de Camara, do grau, já que os autores deixam claro que a gradação pode ser expressa em português tanto por processos sintáticos como por processos morfológicos. Isto é, são apresentadas outras formas de se ter o superlativo, por exemplo, por meio do acréscimo dos prefixos *hiper-*, *super-*, *ultra-* aos adjetivos, além da repetição do próprio adjetivo, da comparação, do uso de expressões fixas, entre outras.

Outro ponto que merece destaque nessa gramática é o fato de no capítulo que trata da formação das palavras (p. 97 a 131), falar-se em derivação sufixal e em seguida serem apresentados os sufixos aumentativos e os diminutivos. Dessa forma, percebe-se que apesar de os gramáticos deixarem claro que seguem a NGB, eles acabam se rendendo ao questionamento aqui levantado, será que é possível afirmar com certeza que número, gênero e grau são processos simplesmente flexionais?

4.2. Moderna gramática portuguesa

A gramática de Evanildo Bechara traz algumas reflexões acerca da problemática entre flexão e derivação. O autor, na seção que trata da flexão dos substantivos, coloca uma observação bastante pertinente sobre o fato de a flexão de gênero não ser algo plenamente definido, isto é, de haver vários pontos de vista que não permitem o seu enquadramento rígido. A realidade em relação ao substantivo é diferente do que ocorre com o adjetivo e o pronome, pois nem sempre a simples opção por uma desinência, seja ela indicativa do gênero masculino *-o* ou indicativa do feminino *-a*, se restringirá a movimentar a diversidade de sexo. Isso quer dizer que essa oposição pode fazer alusão a outros aspectos da realidade: enquanto o masculino é uma forma mais geral, o feminino expressa uma especialização, proposta essa de Mattoso Camara Jr.

Ex: barco/barca (= barco grande)
 jarro/ jarra (= um tipo especial de jarro)

Para Bechara, esses casos demonstram que não podem ser considerados como flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo da derivação. O autor aborda ainda o fato de que “a distinção de gênero não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e

pela norma (...)” (BECHARA, 2004, p. 133), ou seja, se forem feitas comparações do gênero dos substantivos em português em relação a outras línguas, como o espanhol e o francês, todas línguas românicas, será possível perceber inconsistências, como a palavra “sangue” que pertence ao gênero masculino em português e francês, e ao feminino em espanhol.

A respeito da flexão dos adjetivos, Bechara destaca que o adjetivo se combina com certos signos gramaticais para manifestar o número, o gênero e o grau. Em seguida traz a seguinte advertência:

“O *grau*, entretanto, não constitui no português, um processo gramatical e, assim, deve ser excluído da nossa descrição como tal, à semelhança do que já fazem gramáticas de outras línguas românicas. O grau, com estas reservas, figura aqui, por ter sido ainda contemplado pela NGB. A gradação em português, tanto no substantivo quanto no adjetivo, se manifesta por procedimentos sintáticos, e não morfológicos, como o era em latim, ou por sufixos derivacionais.” (BECHARA, 2004, p. 145)

Dessa forma, fica clara a posição de discordância de Bechara em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), já que o autor afirma que o grau não se enquadra como um processo flexional e sim derivacional.

De modo geral, as gramáticas normativas não desenvolvem a problemática de classificação de número, gênero e grau, muitas vezes, se limitam a apresentar os principais afixos gradativos e adotar uma postura de consonância com a NGB. Bechara se diferencia por chamar a atenção ao fato de afixos dimensivos não estarem necessariamente relacionados à expressão de tamanho, contudo, não há um aprofundamento da questão, reduzindo-se à apresentação de um conjunto de exemplos. Por outro lado, o autor segue a tendência de classificar o grau como processo derivacional, graças ao estudo de Mattoso Camara Jr. (1970) e pesquisas recentes, desvinculando-o da tradição latina, que segundo Camara, não se aplica à Língua Portuguesa.

5. O TRATAMENTO DA DISTINÇÃO *FLEXÃO* x *DERIVAÇÃO* NOS LIVROS DIDÁTICOS

Será trabalhada nessa seção a questão do ensino e da abordagem dada pelos livros didáticos sobre os processos das variações formais dos nomes em português: gênero, número e grau. Pretende-se assim, verificar de que forma os livros didáticos tratam o assunto, se

abordam a problemática envolvida e se há uma preocupação, por parte dos autores e também dos professores, em contribuir para a compreensão dos fatos linguísticos e para um melhor conhecimento da estrutura textual por parte dos alunos.

5.1. Português: uma língua brasileira (7º ano):

O livro Português: uma língua brasileira é adotado em algumas escolas públicas do Distrito Federal e aborda um pouco essa dificuldade que os autores têm de delimitar a distinção entre esses dois processos. O livro utilizado nesta pesquisa foi o do professor, no qual há sugestões e notas explicativas para auxiliar o trabalho docente. Ao final do segundo capítulo, há uma revisão sobre a formação e estruturação das palavras em português. Nessa parte, as autoras, Lígia Menna, Regina Figueiredo e Maria das Graças Vieira, propõem uma atividade na qual os alunos terão de observar a palavra ‘burro’ e variá-la em gênero e número, conforme a circunstância proposta. Em seguida, trazem a seguinte observação: “O que você fez na atividade 5 foi flexionar o substantivo *burro* para exprimir mudança de gênero e número” (2012, p. 69).

Percebe-se que gênero e número são claramente tachados como flexão, mas as implicações apresentadas neste trabalho e em trabalhos congêneres não são mencionadas. Entretanto, um ponto positivo abordado nesse livro é que logo após essa explicação, é apresentada a derivação: “Também é possível fazer diversas derivações de algumas palavras, ou seja, aproveitar o núcleo dessas palavras para formar outras, Por exemplo os aumentativos e diminutivos *burrão, burrona, burrinho, burrinha.*” (2012, p. 69). É interessante observar que mesmo “sem querer”, a questão do grau é posta como derivação, diferente do que a NGB propõe, porém, não há nenhuma explicação no livro sobre essa questão, e nesse caso, caberia ao professor aproveitar esse espaço para introduzir essa problemática aos alunos.

Outro ponto interessante observado nesse livro encontra-se na terceira atividade proposta para o estudo do *grau do substantivo*, à página 75. Nessa atividade, há um desenho no qual o personagem masculino, pai da garotinha que também faz parte da cena, aparece com um urso de pelúcia na mão e com a seguinte fala “ **Filhona**, comprei um **ursinho** lindo para você”. A primeira atividade pede que os alunos indiquem qual o grau dos substantivos destacados e a segunda questiona se o grau dos substantivos representa o tamanho real dos seres que eles exprimem.

Analisando somente a frase proposta pela atividade já se pode ter um terreno fértil de análises sobre o grau e a sua não obrigatoriedade de concordância. Seria possível comentar

que o fato de o primeiro substantivo estar no aumentativo não exige a concordância do segundo substantivo e, além disso, não obriga que o adjetivo *lindo* também receba o sufixo -*inho*. Em relação às atividades que o livro traz, é possível aproveitar para mostrar ao aluno que na maioria das vezes o uso de sufixos gradativos indica afetividade, e não dimensão, uma vez que na imagem apresentada, a criança, que é pequena, é chamada “filhona” e o brinquedo, que tem um tamanho maior, é chamado “ursinho”.

Ainda em relação a essa atividade pode-se fazer mais uma observação relevante: como o livro pesquisado foi o livro do professor, notou-se que apesar de não haver nenhuma referência clara ao enquadramento do grau como flexão, na nota explicativa referente à atividade comentada acima, fica clara a posição de obediência à NGB das autoras: “Leve os alunos a perceber que em ambos os casos a flexão de grau expressa carinho, afetividade.” (2012, p. 15).

5.2. Português: linguagens (6º ano)

Para a análise do livro Português: linguagem, também foi utilizado o livro do professor, uma vez que assim é possível perceber se os livros didáticos trazem alguma informação extra aos professores, além do que é apresentado aos alunos. Sendo assim, vale destacar que nesse livro didático, os autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães tiveram a preocupação de colocar uma nota explicativa que justifica a postura por eles abordada em relação à flexão dos substantivos e adjetivos. No terceiro capítulo, sob o título “Flexão dos substantivos e dos adjetivos: gênero e número”, há a explicação de que em português, os substantivos e os adjetivos sofrem três tipos de flexão: gênero, número e grau. A nota explicativa traz o seguinte escrito:

“Professor: alguns gramáticos e linguistas entendem que os aumentativos e diminutivos não dizem respeito à flexão dos nomes, pois seriam casos de derivação sufixal. Considerando a tradição, o ano que o aluno está cursando e o caráter polêmico da questão, optamos por incluir esse conteúdo nesse capítulo. Contudo, decida sobre o momento e o modo mais adequado de tratar o assunto.” (2009, p. 113)

Observa-se que os autores justificam o fato de terem generalizado a classificação do processo flexional, e vale destacar que se trata de um livro utilizado pelo 6º ano do ensino fundamental, sendo assim, o assunto não foi aprofundado. Mesmo assim, os autores sugerem que os professores podem decidir sobre o momento mais indicado para apresentarem essa

questão aos alunos, restando saber se os docentes têm tido também essa preocupação. Contudo, por ora, não iremos nos ater a esse mérito.

É interessante notar que esse livro didático apresenta a possibilidade da inserção do tema debatido nesse trabalho no contexto escolar e, com isso, pode-se perceber que ocultar esses fatos da língua sob a alegação de que eles não precisam ser debatidos em sala de aula, pois se estará aprofundando muito esse conteúdo não faz sentido. Essa justificativa é bastante recorrente em ambientes escolares, já que os professores, por vezes, preferem se prender ao que está no livro, não se preocupando em explorar melhor tais implicações da gramática portuguesa. Nesse sentido, é possível estimular o gosto pela língua trazendo questionamentos e reflexões como essa para dentro das escolas de ensino básico, propor debates e situações-problema nas quais os alunos sejam convidados a expor suas opiniões.

Em relação ao emprego da flexão de gênero, o livro aborda a distinção entre gênero e sexo, apontando que todos os substantivos da língua portuguesa possuem gênero tanto os que se referem a pessoas e animais, quanto aos que se referem a coisas. Além disso, acrescenta que o gênero da palavra nem sempre indica o sexo do ser, pois “é apenas um princípio convencional, isto é, estabelecido como padrão da língua.” (2009, p. 114). Novamente é apresentada no livro uma reflexão sobre o comportamento dos substantivos em relação ao gênero, segundo o qual há alguns que podem admitir dois gêneros, contudo, com significados diferentes. Esses são os tradicionalmente conhecidos como *comuns de dois*, contudo os autores preferem não abordar as nomenclaturas da gramática tradicional e, novamente, em nota ao professor, justificam essa postura:

“Professor: Deixamos de fazer aqui a tradicional classificação dos substantivos em *comuns de dois, sobrecomuns e epicenos*, por duas razões. Primeiramente, porque, do ponto de vista da linguística atual, essa classificação não diz respeito à flexão do substantivo, já que a informação sobre o gênero do substantivo se dá externamente a ele, isto é, pelos seus determinantes nos três primeiros casos e pela mudança de radical no último. Além disso, compreendemos que essa classificação pouco acrescenta à construção da competência discursiva dos alunos.” (2009, p. 114)

Como já foi dito, essa citação foi retirada de uma nota explicativa ao professor e, portanto, não está presente nos livros que os alunos utilizam. Entretanto, o simples fato de os autores se preocuparem em não se prender a nomenclaturas e classificações, já que, segundo eles, isso não irá trazer ganhos linguísticos aos estudantes, já é um motivo para reconhecermos a interessante proposta que esse livro didático traz.

Como observado, alguns autores não veem a necessidade de trabalhar a problemática flexão x derivação nos livros didáticos, e alguns até preferem enquadrar gênero, número e

grau como flexão, a fim de simplificar a compreensão dos processos. Além disso, em relação ao grau, poucos são os livros que focalizam o uso afetivo dos afixos gradativos, a maioria se reduz a apontá-los como indicadores de dimensão e tamanho. Vale destacar ainda que falta, nesses livros, a explicação de que gênero e número também se diferem do grau pelo fato de ativarem a concordância com os demais elementos do sintagma, ao contrário da gradação, que não obriga a concordância no âmbito do sintagma nominal.

6. ANÁLISE DE GRAMÁTICAS ESCOLARES:

Com o intuito de verificar de que forma as gramáticas escolares abordam essa questão, forma analisadas também, nesse trabalho, duas gramáticas escolares, as quais são utilizadas em vários colégios de ensino fundamental do Distrito Federal, são elas: Gramática reflexiva: texto, semântica e interação, dos autores William Cereja e Thereza Cochar; e a Gramática em prática: textos e exercícios, de Suzana d'Avila.

6.1. Gramática reflexiva: Texto, semântica e interação.

Na Gramática reflexiva: Texto, semântica e interação, os autores William Cereja e Thereza Cochar procuram trazer mais exercícios e as explicações teóricas, em geral, se reduzem a quadros explicativos que aparecem ao longo dos capítulos. Na parte em que tratam dos substantivos, os autores trazem a distinção entre sexo e gênero, bem como a explicação de que o gênero dos substantivos é um princípio puramente linguístico, convencional. Em seguida, há um apontamento sobre a flexão de gênero e, segundo eles “ a flexão de gênero é uma só, com pouquíssimas variações: forma-se o feminino pela troca das vogais *o* e *e* por *a* ou pelo acréscimo da desinência -a”. Essa explicação simplifica de forma demasiada o conceito de gênero e de certa forma, induz o aluno a não questionar as “pouquíssimas variações” a que os autores se referem.

Essas variações são apresentadas no livro como exceções, entre elas, aparecem os substantivos: *avô-avó*, *órfão-órfã*, *leão-leoa*, *valentão-valentona*. Como é possível perceber, além de enxugar ao máximo a questão do gênero, os autores não tiveram a preocupação de explicar que as chamadas “exceções” nem sempre são tão aleatórias como eles colocam, ou seja, pode haver um padrão nessas ocorrências, apesar de a regra principal para a variação de gênero ser o acréscimo ou não da desinência -a. Sendo assim, caberia ao professor esclarecer

que, muitas vezes, as exceções também seguem um modelo, como o par *bonitão-bonitona*, que segue o mesmo padrão de um dos exemplos trazidos pelo livro.

Os autores trazem uma nota a respeito da polêmica que envolve o grau, entre os pesquisadores, segundo eles, alguns consideram os aumentativos e diminutivos uma flexão do substantivo, enquanto outros, como Joaquim Mattoso Camara Jr., consideram o aumentativo e o diminutivo uma derivação. Apesar de não tomarem partido sobre nenhuma das duas classificações, as referências ao grau aparecem no livro no capítulo destinado à flexão dos substantivos e dos adjetivos, sendo que nesses últimos não há menção à problemática flexão x derivação.

6.2. Gramática em prática: textos e exercícios

O capítulo quarto da gramática de Suzana d'Ávila é destinado à estrutura das palavras. Nessa parte, a autora distingue *desinências* de *flexões*, segundo a qual, as primeiras “são morfemas que se acrescentam no final das palavras e que fazem as flexões” (2006, p. 76), enquanto as segundas “são alterações obrigatórias que as palavras variáveis sofrem em português” (2006, p. 76). Nesse sentido, percebe-se o resgate do princípio da obrigatoriedade da flexão, proposto por Camara Jr. (1970). Em seguida, são apresentados os *afixos*, com a seguinte definição: “são morfemas gramaticais derivacionais que alteram o sentido lexical e o sentido gramatical da palavra”. (2006, p. 78). O exemplo para essa definição é a palavra – *menininha*, seguido da explicação: “Aqui, o falante escolheu dizer **menininha**, porque ele poderia ter preferido dizer: **menina pequena**” (*ibid*, p. 78).

Nota-se que a autora toma partido frente à problemática flexão x derivação, ela se coloca favorável à definição do grau como derivação. Isso fica mais evidente no trecho posterior, “(...) acrescentamos ao radical morfemas gramaticais derivacionais, (...) esse processo chama-se derivação”. (2006, p. 78). Apesar de deixar claro que segue a proposta mattosiana, em relação ao grau, não há nenhuma nota explicativa que justifica a adoção dessa postura por parte da autora. Além disso, não há exercícios que tratam dessa questão, nessa seção do livro, o que é uma falha, do ponto de vista, da Teoria Gerativa, já que não há a oportunidade de partir do conhecimento prévio que o aluno detém para, a partir disso, acrescentar novos conteúdos.

O capítulo sexto trata especificamente dos substantivos e suas variações. Inicialmente, são apresentadas as classificações dos substantivos, em seguida, há uma seção destinada à flexão, na qual há a seguinte definição: “A flexão é um processo automático, que qualquer

falante de português usa. Os substantivos podem se flexionar em **gênero e número**.” (2006, p. 111). Como já foi abordado, a autora exclui o grau dos processos flexionais, o que é, de certa forma, uma inovação no que se refere à tradição gramatical. Além disso, é interessante comentar a informação de que a flexão é um processo automático, uma vez que o falante, em geral, não precisa se policiar para utilizar as desinências flexionais. Os morfemas flexionais ativam a concordância e, nesse ponto, o grau se diferencia do gênero e do número. Nesse sentido, traz a seguinte observação:

“Há outras maneiras, além da flexão, de alterar a forma dos substantivos, só que de modo voluntário, isto é, você escolhe se quer variá-la ou não. Assim, quando queremos indicar o **tamanho** ou a **intensidade** do ser que o substantivo representa, podemos fazê-lo por meio da variação de grau” (2006, p. 123)

Considerando a citação acima, merece destaque a explicação acerca da não-obrigatoriedade dos afixos gradativos, entretanto, a autora destaca que o grau seria utilizado apenas como indicador de “tamanho” e “intensidade”. Recordando a afirmação de Rocha, “estamos considerando que a afetividade está sempre presente na sufixação gradual, ao passo que a noção de aumento ou diminuição do tamanho pode estar presente ou não” (1998, p. 198), é importante destacar que a afetividade é um conceito muito mais presente em relação ao uso do grau, do que a dimensão. Sabendo disso, a autora explica, posteriormente, que as formas aumentativas e diminutivas podem transmitir outras significações, como: desprezo, ironia, ofensa, repulsa, bem como, ideia de carinho, ternura, saudade, entre outras.

Tendo em vista a observação dessas gramáticas escolares, é possível perceber que alguns autores preferem não mencionar a dificuldade de classificação entre flexão e derivação. Contudo, o que os autores não devem deixar de lado é a diferença existente entre o grau em relação ao gênero e ao número, já que o primeiro é usado mais como recurso estilístico, enquanto os demais, ativam a concordância nominal dos termos do sintagma. Além disso, vale destacar que os autores devem desmistificar a ideia de que os afixos gradativos estão relacionados apenas ao tamanho. Esses seriam alguns dos pontos que as gramáticas escolares poderiam abordar, a fim de ampliar a competência discursiva dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar as diferentes abordagens que o par flexão e derivação recebe tanto na tradição gramatical e estudos linguísticos, quanto no âmbito escolar, a partir

da análise de livros didáticos e gramáticas escolares. Dessa forma, o ponto de partida foram os estudos do gramático latino Varrão, em seguida, Joaquim Mattoso Camara Jr., Luiz Carlos de Assis Rocha e Carlos Alexandre Gonçalves. Após o estudo da teoria, partiu-se para a análise das gramáticas tradicionais, de Cunha & Cintra e Evanildo Bechara, seguida dos livros didáticos e, por fim, das gramáticas escolares.

Dentre os autores de livros e gramáticas escolares, foi observado que muitos preferem estar em consonância com a NGB, em relação à classificação de gênero, número e grau no âmbito da flexão. Alguns chegaram a citar que há uma polêmica envolvendo a classificação do grau, porém, sem aprofundar muito o assunto. No entanto, nenhum dos autores questionou o enquadramento de gênero e número como flexão, no máximo, abordaram a distinção entre gênero e sexo, porém, sempre de forma sintética. No que se refere ao uso dos afixos gradativos, nem todos os autores abordaram a relação de afetividade que eles estabelecem no sintagma. Alguns deram ênfase na questão da dimensão, da expressão de tamanho, deixando em segundo plano a relação de emoção que o grau acarreta.

Por fim, percebeu-se que falta nos livros e gramáticas, em geral, exercícios que articulem essas questões da gramática portuguesa com a prática, com o dia a dia dos alunos. Exercícios esses que tratem a leitura e a produção de textos como veículos de aprendizagem, que utilizem a gramática como um meio e não como um fim, em si mesma. Apesar disso, espera-se que o professor atue como mediador frente a esse conflito, que ele saiba trabalhar essa questão da melhor forma e no momento mais adequado, sempre tentando extrair as informações que os alunos já detêm, para em seguida apresentar conhecimentos novos.

REFERÊNCIAS:

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna/Nova Fronteira, 2009.

CAMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970. 114 p.

CEREJA, W. R. C.; MAGALHÃES, T. C. *Português: Linguagens, 6º ano*. São Paulo: Atual, 2010.

CEREJA, W. R. C.; MAGALHÃES, T. C. *Gramática reflexiva: volume único*. 3 ed reform. São Paulo: Atual, 2009.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

D'AVILA, Suzana. *Gramática em prática: textos e exercícios*. São Paulo: Editora do Brasil, 2006.

GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e Derivação como categorias discretas: propostas e problemas*. Cadernos Seminal, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 117-159, 2001.

GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e Derivação: o grau*. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & VIEIRA, Sílvia Rodrigues. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 149-168.

GONÇALVES, C. A. V. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011.

HORTA, M. R. F.; MENNA, L. R. M. C.; VIEIRA, M. G. *Português: uma língua brasileira, 7º ano*. 1 ed. São Paulo: Leya, 2012.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Flexão e derivação em português*. In: ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do português*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 193-208.

ROSA, Maria Carlota. *Revisitando as partes do discurso – Categorias e Flexão*. In: *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto. 2006, p. 115-132.

VICENTE, H. G.; PILATE, E. *Teoria Gerativa e “ensino” de gramática: uma releitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais*. In: *Verbum – Cadernos de Pós-Graduação*, n. 2. Disponível em: < revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/download/12793/9279 >. Acesso em: 20 out. 2013.